

A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E SANEAMENTO NO BRASIL CONTINUA!

Em reunião de líderes partidários na Câmara dos Deputados no dia 28, ficou definido que a MP 868/18, que privatiza o saneamento não será levada para votação em Plenário. Desta forma, ela irá “caducar” e perderá seu efeito no próximo dia 3 de junho. **Essa foi mais uma importante vitória dos trabalhadores e de todos que defendem a água e o saneamento como direitos, e não como mercadorias, assim como na derrubada da MP 844, em dezembro do ano passado. Ary Girota, do STIPDAENIT, e o Presidente do STAECNON, João Marcos não mediram esforços na pressão e no convencimento dos parlamentares contra as consequências nefastas da MP. Os Deputados Federais Glauber Braga e Jandira Feghali foram fundamentais para essa vitória.**

No entanto, os pontos previstos na medida provisória devem ser incluídos em Projeto de Lei por conta do impasse entre os deputados que estavam divididos entre contra e a favor da MP. **A intenção do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, é que esse PL tramite em regime de urgência nos próximos 15 dias. Esse Projeto de Lei é um meio de facilitar a entrega do setor para a iniciativa privada. A medida traz riscos muito grandes para o setor de saneamento básico, principalmente às populações de baixa renda dos pequenos municípios, às áreas rurais e à periferia das grandes cidades. EM QUINZE DIAS O SANEAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO PODE SER VENDIDO**

Nós do STIPDAENIT somos totalmente contrários a qualquer ameaça ao saneamento público e estatal. Sabemos que um serviço tão fundamental para a população não pode ser visto como fonte de lucro e sim como garantia de qualidade de vida a quem o recebe. O mercado só quer os municípios que dão lucro, que podem pagar por seus serviços caros e de qualidade duvidosa. As empresas que desejam tomar conta do saneamento brasileiro em nenhum momento querem usar dos seus recursos para investir nesse serviço, e sim utilizar dinheiro do BNDES, FGTS E FAT em seu benefício.

ACT CEDAE: PRIMEIRA REUNIÃO É REALIZADA

Na manhã desta segunda-feira (27) foi realizada a primeira reunião dos representantes dos trabalhadores com a direção da Cedae para tratar do Acordo Coletivo de Trabalho. Foram discutidas diversas questões, entre elas as cláusulas financeiras do ACT, a CAC (Cedae Saúde) e a PRECE. A direção da companhia, até o momento, não apresentou nenhuma contraproposta ao que foi indicado na pauta acertada entre os sindicatos em relação aos reajustes nos quesitos financeiros. Já em relação a CAC/PRECE, esta não será discutida nas reuniões do Acordo Coletivo, mas sim em uma comissão específica que será criada para tratar desse assunto. A próxima reunião do ACT será realizada na próxima quarta-feira, das 10h às 12h, na UniverCedae.

Proposta das entidades representantes dos trabalhadores: (STIPDAENIT, STAECNON, SINAERJ, SENGE E SINTSAMA)

- Reajuste salarial de 8,58%;
- Ticket Refeição de R\$ 35,25 ;
- Café da Manhã de R\$ 8,50;
- Cesta básica no Valor de R\$ 600,00;
- PLR: 10% do total do resultado do ano anterior (R\$ 827 milhões), dividido linearmente para os trabalhadores.